

A HAUSSMANNIZAÇÃO NO PENSAMENTO URBANO BRASILEIRO

HAUSSMANNIZATION IN BRAZILIAN URBAN THOUGHT

Alexandre Kramatschek TAVARES^{1*}, Hugues Velleda SOARES²

¹ – Arquiteto e Urbanista, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

² – Arquiteto e Urbanista, ex-professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Engenharias e Ciência da Computação, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus Santiago, Brasil.

*Autor correspondente - e-mail: ale.k.tavares@gmail.com

RESUMO

No início do século XX, o Brasil entra em seu processo mais crítico de industrialização e junto com ela um aumento extraordinário da população concentrada em grandes centros urbanos. Essa concentração vem acarretando as mais diversas mazelas sociais e visuais para a malha urbana em questão. Mesmo em um país dependente da economia mundial, a questão habitacional, o saneamento urbano, a “modernização” necessária para melhor olhar europeu, tornaram-se problemas latentes desde o final do século XIX e início do século XX. Através de uma revisão bibliográfica e triangulação de dados, é possível confirmar que as remodelagens urbanas foram aliadas a classe dominante como forma de manutenção sistêmica, contra as revoltas populares e a favor do grande capital. O urbanismo desenvolvido no Brasil é uma representação dos estilos europeus do século passado, sempre refazendo as ideias advindas dos países centrais. Esse escrito tem como objetivo uma reflexão sobre as reformas urbanas brasileiras no início do século XX nas grandes metrópoles, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, onde a inspiração principal será o plano draconiano de Haussmann em Paris, lugares em que esses planos vão mudar a paisagem urbana dos grandes centros urbanos permanentemente, afetando diretamente as relações sociais que se desenvolvem dentro da urbe. Percebe-se, também que a falta de originalidade e desenvolvimento de um urbanismo próprio nacional se mantém, bem como as já antigas mazelas urbanas que não veem no horizonte próximo qualquer possibilidade de serem sanadas.

Palavras-chave: Haussmann; planejamento urbano brasileiro; remodelação urbana; segregação urbana; urbanismo higienista

ABSTRACT

At the beginning of the 20th century, Brazil entered its most critical process of industrialization and, along with it, an extraordinary increase in the population concentrated in large urban centres. This concentration has been causing the most diverse social and visual ailments for the urban fabric in question. Even in a dependent country on the world economy, the housing issue, urban sanitation, the necessary “modernization” for a better European view, became latent problems since the late 19th century and the early 20th century. Through a bibliographic review and data triangulation, it is possible to confirm that urban remodelling was allied to the ruling class as a form of systemic maintenance, against popular revolts and in favour of big capitals. The urbanism developed in Brazil is a representation of the European styles of the last century, always remaking the ideas coming from the central countries. This writing aims to reflect on Brazilian urban reforms at the beginning of the 20th century in large metropolises, such as Rio de Janeiro, São Paulo and Porto Alegre, where the main inspiration will be Haussmann's draconian plan in Paris, places where these plans will permanently change the urban landscape of large urban centres, directly affecting the social relations that develop within the city. It is also noticed that the lack of originality and development of an national urbanism remains, as well as the old urban problems that do not see any possibility of being remedied in the near horizon.

Keywords: Brazilian urban planning; Haussmann; hygienist urbanism; urban remodeling; urban segregation.

1. INTRODUÇÃO:

A Arquitetura e Urbanismo desenvolvida no Brasil, em toda sua história, é diretamente dependente das tendências modernizadoras advindas dos Estados Unidos da América e Europa. Resultado, principalmente de sua própria indústria e meios de produção, altamente dependentes e periféricos na economia mundial, que são os responsáveis por dar forma as relações sociais e, conseqüentemente, urbanas.

Durante todo o século XIX foi altamente defendido que os arquitetos e urbanistas deveriam ser os responsáveis pelo planejamento urbano e ordenação social, motivo das mais diversas intervenções na malha urbana, principalmente na Europa, região que sofria com os processos da revolução industrial e de levantes populares contra as condições de insalubridade que viviam (Souza, 2013).

Ao longo do início do século XX, a academia de arquitetura e urbanismo sofre diversas mudanças no modo de pensar e no currículo acadêmico: é a entrada do movimento modernista americano e francês na periferia do capitalismo. É insuspeito dizer que toda produção modernista desenvolvida nos países periféricos, seja na América Latina, África ou na Rússia no início do século, é altamente díspar do avanço da Arquitetura e do Urbanismo nos países centrais, principalmente nos Estados Unidos da América.

O arquiteto tenta uma retomada de prestígio profissional, tomando, e reformando, outras áreas, sendo defendido o planejamento urbano pelo profissional da arquitetura, além de colocar o arquiteto como um artista e utilitário, o arquiteto é um artesão que une múltiplas atividades artísticas. O movimento moderno e a nova onda de arquitetos defendiam a expansão do campo de atuação do profissional (Souza, 2013). Surge no Brasil a figura do Engenheiro-Arquiteto, que ficaria responsável, também, pelo desenvolvimento do pensamento urbanista e das principais intervenções na malha urbana.

No Brasil, quem sentiu os primeiros impactos da vinda do novo movimento urbano foram as áreas de maior concentração urbana, como São Paulo e, a então capital, Rio de Janeiro. As cidades grandes da época começaram a pensar no urbano como política, principalmente voltado a higienização e ocultamento da questão social (Rossi, 2017), agora passando por uma modernização,

buscavam se integrar ao modelo da “Bela Época” europeia, apoiado por incríveis e assaz abrangentes remodelações da malha urbana, como em Paris, por Haussmann, e Barcelona, por Cerdà, por exemplo.

Sobre a ótica industrializadora, o país vinha acumulando demasiadas habitações insalubres, advindas do aumento da indústria do país, a classe proletária tornara-se extremamente doente e isso começava a afetar as classes dominantes, tornando a intervenção do estado algo inevitável, afim de remediar as mazelas sociais para assegurar o modelo de produção da época (Marx & Engels, 1998), além de que o sistema corpóreo dos descendentes europeus não era forte o suficiente para resistir as novas doenças surgidas nas grandes cidades, o que os deixavam demasiadamente em perigo de vida (Rossi, 2017). Para solucionar isso, do ponto de vista do capital, houve grandes obras de remodelação e planejamento urbano de cunho higienista. Esse movimento marca diretamente a visão das cidades brasileiras da primeira metade do século XX. A escolha pelo “modelo” do Barão Haussmann é clara já nas primeiras intervenções nas urbes, postas em práticas por Pereira Passos nos primeiros anos de 1900 no Rio de Janeiro. O Plano Haussmann configurou um novo modelo para as grandes cidades brasileiras, altamente segregadoras e higienistas, contra os proletários e altamente autoritarista.

No conceito de Lefebvre (2016), as grandes avenidas e a reformulação do Plano de Paris de Haussmann, não são feitos pela beleza ou pelas perspectivas exuberantes, mas para penetrar com o exército sobre a classe trabalhadora, “os vazios tem um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode se desenrolar”. Haussmann, como lembra Artigas (1981), é o “inaugurador da técnica de abrir avenidas através de ‘pátios de milagres’ e com tiros de canhão”.

Genericamente, as reformas urbanas estéticas na virada do século XIX para o século XX causaram uma ruptura, talvez as primeiras significativas, do tecido urbano em forma de segregação socioespacial (Rossi, 2017), bem como ocorrera na Europa um século atrás e nos Estados Unidos da América ao longo século XIX. Essa clara dicotomia da malha urbana continuará a se consolidar ao longo dos séculos XX e XXI, com a separação do urbano da favela,

favorecendo uma marginalização social cada vez maior e nunca resolvida.

O século XX, no Brasil, também inicia um novo momento da história, é a transição e mudança das relações sociais, industriais e políticas. Outrora a economia puramente agrícola e escravocrata regia as formas de relações sociais da cidade, agora há a inserção do capitalista moderno e do escravo assalariado, além da transição política ditada pelo golpe militar de 1889 e a Proclamação da República, redefinindo as interações sociais, políticas e econômicas, refletindo, assim, na cidade, ou mais especificadamente, na malha urbana de organização social e na própria profissão do engenheiro, do arquiteto e do urbanista.

2. METODOLOGIA:

O presente manuscrito é resultado de discussões teóricas-conceituais a partir de revisão bibliográfica e construção da discussão latente da problemática urbana brasileira nascida durante disciplinas da graduação e interação entre os autores. Através de uma revisão sistemática de literatura foi possível o estudo e desdobramento de artigos, livros e materiais acadêmicos que compõe as referências aqui utilizadas para o embasamento da discussão sobre o pensamento de Hausmann na condição do planejamento urbano brasileiro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Como uma das primeiras grandes mudanças urbanas se dá na capital do país. o entendimento urbano do Rio de Janeiro pode ser iniciado na segunda metade do século XIX, tendo seu primeiro Plano Urbanístico/de Melhoramento em 1874 (Rossi, 2017). Nesse primeiro plano, apesar de poucas obras concluídas, deram a base do urbanismo imperial, colocando ao centro obras como portos e ferrovias, para melhor integração, e exploração, de bancos e empresas de capital estrangeiro (Benchimol, 1990, apud Rossi, 2017), participando abertamente do sistema dependente capitalista. Esse plano estabeleceu uma ligação entre as obras financiadas pelo Estado e o mercado imobiliário, onde foi proposto que as execuções das remodelações ficassem reservadas ao Estado, para posteriormente vender os terrenos beneficiados

a um maior valor, ou seja, o estado financiaria toda uma gentrificação urbana em interesse do mercado capital imobiliário e contra as necessidades sociais urbanas, afim de assegurar o lucro da pequena parte burguesa da população (Rossi, 2017).

Em todo o momento em que o Estado pautou as reformas citadinas, sejam elas nos séculos XIX, XX ou XXI, foram a favor de seu próprio domínio como classe dominante, como classe capitalista burguesa. O Estado atuou e atua como ferramenta de legitimação das mudanças desejadas pelo sistema capitalista, longe de ser um agente neutro na relação sociopolítica, ele regula, controla e governa através de um apaziguamento da luta de classes que tende a favorecer, sempre, a burguesia e aplacar a classe proletária (Engels, 2008; 2015).

Rio de Janeiro detinha um importante papel na economia nacional e na imagem da (ex) colônia no exterior. A importância da cidade foi se consolidando durante o século XIX para se tornar grande alvo do capital, nacional e internacional do século XX. Os latifundiários com ideologia liberal-burguesa concebem o Estado Republicano do “Brasil”, um governo oligárquico e centralizador com a economia cafeeira como principal objeto econômico (Rossi, 2017). Apesar da expressão e teoria de dependência ser formulada posteriormente, por Lênin (1984), já é possível perceber traços da neocolonização e dependência do Brasil em meados do século XIX.

Logo no início do século XIX, as pestes que tomavam conta das cidades da época afetavam de maneira moderada as pessoas escravizadas e a população nacional, mas era demasiada perigosa para as famílias de origem europeia, que detinham corpos mais fracos às novas doenças americanas (Rossi, 2017). Esse fato, aliado à aversão ao pobre e a ideologia liberal-burguesa, a higienização urbana aparece como estopim para a remodelação da estrutura das urbes.

Essa nova política, escondida atrás da justificativa parcialmente distorcida da higienização, instaurou a política conhecida como “Bota Abaixo” (com orientação de Oswaldo Cruz), a qual desapropriou e destruiu grande parte dos cortiços proletários do centro urbano da cidade, tal qual o plano de Paris, capital francesa onde o prefeito do Rio de Janeiro, o engenheiro Pereira Passos (1902-1906), estudou e presenciou as obras de remodelagem

urbana (Rossi, 2017). A destruição de casas proletárias de regiões de alto valor especulativo abriu espaço para um pequeno “boom” do sistema produtivo (Harvey, 2013).

Essa foi a visão para o Rio de Janeiro do novo século. Pereira Passos absorveu as ideias de Haussmann, ideológica, política e metodologicamente, para sua implantação na Capital do Brasil. Pereira Passos futuramente ficaria conhecido como “Haussmann tropical” (Rossi, 2017).

A medicina, por meio da dita higienização, códigos de postura, vacinação obrigatória (1904) e outros, junto com a remodelagem da urbe, foram os meios da aplicação da biopolítica capitalista (Foucault, 2008) para a manutenção sistêmica, controle governamental e a garantia do lucro. “Em nome do saber técnico-científico que a Medicina Social detinha, acreditava-se que era preciso colocar abaixo as construções coletivas, os edifícios “insalubres”, a partir de uma argumentação baseada muitas vezes em critérios pouco definidos.” (Rossi, 2017). No período entre 1904 e 1906, foram demolidas entre 700 e 2 mil casas e houve a desapropriação de cerca de 590 prédios (Benchimol, 1990, apud Rossi, 2017).

No governo de Pereira Passos, o Plano Urbanístico tornou-se um aglomerado de ideias anteriores que não conseguiam se entrelaçar e conversar entre si (Rossi, 2017). Toda a destruição da parte central da cidade, dos casebres e casas proletárias foram deixados por isso mesmo, em outras palavras, após a remodelação do centro (lê-se gentrificação estatal para o capitalismo). O trabalhador encontrava-se desabrigado e sem resposta governamental para sanar, mesmo que temporariamente, o problema habitacional. O proletário fora retirado de sua casa insalubre para não ter casa alguma. A premissa da higiene urbana apenas “descentralizou” a insalubridade da cidade, a qual agora move-se para a periferia, gerando um aumento, e surgimento, das favelas, bem como de bairros segregados e marginalizados. A menção dos médicos e engenheiros sobre a destruição das casas proletárias foi que posteriormente seria dado incentivos e concessões à iniciativa privada, para que ela, então, realizasse obras de habitação higiênica (Rossi, 2017).

As mudanças ocorridas no Rio de Janeiro do início do século representam a mudança “visual” da cidade em contraste com o

desenvolvimento social urbano. A “cidade do espetáculo” baseava-se na imagem transmitida pela cidade, um ideal metafísico que entrava diretamente em um paradoxo incongruente com a materialidade existente. A “cidade maravilhosa” foi transformada visualmente para encobrir a desigualdade social, a segregação socioespacial e, notoriamente, a luta de classes. Estava estabelecido o ideal napoleônico no Brasil.

No Rio de Janeiro, posteriormente, também aparece a figura do arquiteto-engenheiro Armando Augusto de Godoy. Godoy (Manso, 2015), diz que as cidades brasileiras do período não correspondiam às cidades modernas, pois não estavam no nível das cidades Europeias ou Americanas, e que, para resolver esse problema, acreditava que deveriam importar a metodologia urbana dos países desenvolvidos. Em nenhum momento se construiu um pensamento urbano próprio nacional, ou seja, o país colonizado queria modernizar-se a partir de ideias advindas dos mesmos países colonizadores, trocando o colonialismo pelo neocolonialismo.

Ao sul do país, especificadamente Porto Alegre, o urbanismo modernizante e higiênico francês ganhou espaço trazido pelo engenheiro-arquiteto Arnaldo Gladosch, com ajuda do prefeito instituído por Vargas, logo no primeiro ano da Era Vargas, Loureiro da Silva (Abreu Filho, 2006).

Fora criado o órgão denominado Conselho do Plano Diretor, que tinha por objetivos “(a) examinar, propor alterações e votar os projetos de reforma urbana; (b) retocar ou ampliar os projetos do Plano Diretor, e (c) fiscalizar a execução dos projetos aprovados do Plano Diretor” (Abreu Filho, 2006). O prefeito via a cidade como um patrimônio público que deveria servir de uso a todos, juntando isso com a ideia de querer um impacto e visibilidade maior, saiu da esfera do governo local para chamar, inspirado por Agache, o Arnaldo Gladosch, além da escolha ser um brasileiro, para evitar problemas com as novas diretrizes federais.

Na década de 1930, Gladosch mantinha escritório no Rio de Janeiro, mas ao mesmo tempo em que desenvolvia o Plano Diretor de Porto Alegre, também trabalha em diversos projetos arquitetônicos para a cidade (Abreu Filho, 2006). Os planos foram apresentados ao longo dos anos entre 1939 e 1945 e focavam

principalmente na higienização da cidade e sua expansão, desenvolvendo ainda os Planos de Melhoramentos de Moreira Maciel (Weimer, 1999; 2014), inspirados nos urbanismos europeus. “Os planos e projetos seguem uma abordagem que alia a metodologia da Sociedade Francesa de Urbanismo (SFU) (tendo o Plano Agache para o Rio como precedente básico (Rodrigues, 2010), à do “urbanismo alemão” (especialmente no zoning e na insistência nos processos de loteio urbano), e uma linha morfológica tributária tanto do urbanismo francês quanto do movimento “Cidade-Jardim” (Abreu Filho, 2006).

O primeiro estudo do plano focou na expansão da cidade, dando os planos para as perimetrais e radiais, o segundo foi mais detalhada a questão do saneamento, o terceiro foi mais completo e colorido e amplamente divulgado, o quarto é um anteprojeto bem detalhado, mostrando as reformas viárias, implementação de parques, equipamentos públicos e a morfologia das quadras, além da implantação da Feira de Amostras e outros espaços específicos (Abreu Filho, 2006).

Ele também previa uma área para a Feira Permanente e Amostras (Abreu Filho, 2006), que em sua concepção urbana se desenvolve similarmente com as grandes remodelagens fascistas/autoritárias europeias, como as pedidas por Hitler ou, mais antigamente, por Haussmann. Esse conceito sobre sua ligação com a arquitetura nazista, fascista e/ou autoritária, apesar de negada e relativizada por alguns autores, com a tentativa de comparação da mesma com o realismo soviético, é defendida por outros grandes nomes como do arquiteto Günter Weimer (2004).

A espinha dorsal do Plano Gladosch eram as avenidas, clássicas nos planos de Paris, que davam a estrutura base para o zoneamento urbano e previa a expansão controlada da cidade. Para ele, o maior problema a ser resolvido é “a miséria das habitações dentro e fora das cidades”, e a missão mais nobre do urbanismo moderno era “libertar a população humana desta miséria, torna-la novamente sã, capaz e disposta para o trabalho” (Abreu Filho, 2006). Vale apontar aqui que a crítica dos urbanistas modernistas para a questão da moradia é uma crítica vazia de conteúdo, teoria e solução, que já vem desde o final do século XVIII sendo desenvolvida de maneira infeliz, sendo tratada mais densamente e

representadas nas obras de Engels na metade do século XIX (2008; 2015), onde se há a construção materialista histórica do problema e explicitamente sua solução permanente.

Outro urbanista de grande nome no início do século era Prestes Maia, que atua na remodelação de São Paulo seguindo o modelo Haussmann.

“Prestes Maia procura corresponder nestes novos espaços projetados as funções sociais da vida urbana: a representação política, eclesiástica, o trabalho, a circulação, o lazer. É o momento que ele projeta e sonha a cidade à Haussmann: a cidade das grandes perspectivas, a cidade dos pontos focais. Entretanto, ao procurar traduzir nestes novos espaços urbanos as redes de relações que se estabelecem e se entrecruzam na cidade moderna, demonstra um descompasso entre o planejamento urbano e o projeto arquitetônico” (Silva Leme, 2010).

A fixação metafísica na figura de Haussmann deve-se ao fato da ascensão da burguesia brasileira. Do mesmo modo que Napoleão III terminou com as “conquistas” da Revolução Francesa e criou as novas possibilidades para a ascensão da pequena burguesia da França, o movimento republicano brasileiro queria e desejava os mesmos resultados, tentando transcender a ideia colonial, baseia-se no pensamento francês e americano para suas remodelagens políticas, econômicas e urbanas.

4. CONCLUSÕES:

O fetichismo sobre o modernismo presente na sociedade brasileira no início do século, e ainda hoje, é extremamente problemático e desfocado da realidade material que o país estava, e está, inserido. Os “Planos de Melhoramento”, bem como os “Planos Diretores” e semelhantes foram construídos e executados tendo em vista uma busca à semelhança da cidade ora europeia, ora estadunidense, nunca se analisando criticamente as lutas internas que acontecem nas urbes tipicamente brasileiras, problema altamente constatado e relatado pela Coluna Prestes entre 1924 e 1927.

No início do planejamento urbano brasileiro há diversas alusões ao grande plano de Paris de Haussmann, parcialmente desfocados e descontextualizados historicamente, como já exemplificado, seja por

Engels (2008), Choay (2010), Bárbara Rossi (2017), entre outros.

O Plano Haussmann se configura por uma expansão das vias urbanas com o intuito de repressão militar pelas tropas de Napoleão III contra os levantes populares proletários antiautoritários e revolucionários, para a destruição dos casebres proletariados dos centros das cidades, para a realização de obras grotescamente majestosas e com perspectiva autoritária, ainda mantendo a “aura” barroca de horizonte, também tinha a função de embelezar as áreas contempladas por esse plano urbano-autoritarista. A higienização e o desenvolvimento da força capital foram justificativas torpes para colocar em prática um plano de remodelação urbana contra a classe proletária parisiense, e, por derivação, dos países que adotaram semelhantes medidas.

As intervenções urbanas inspiradas pela haussmannização modificaram para sempre a visão urbana das grandes cidades brasileiras e, mais que isso, interferiram no modo de pensar urbano até mesmo pelas pessoas leigas, sejam elas da classe dominante ou dos espoliados. O pensamento pequeno burguês que já se desenvolve desde o início do século XVIII na Europa, adentra os países periféricos com uma força brutal que remodela permanentemente a percepção social do ser, que passa a mascarar e relativizar as mazelas sociais que se apresentam materialmente diante da população, há a confusão de percepção entre a causa e consequência, que se perdura até os dias atuais, afetando todas as relações adentro das urbes.]

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU FILHO, S. B. *Urbanisme Parlant* Na Várzea: Arnaldo Gladosch e a Feira Permanente de Amostras. In: ABREU FILHO, S. B.; PEREIRA, C. C. (Org.). **Porto Alegre de Papel: Avenida e Praça 1910-1980**. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2006.

ARTIGAS, J. B. V. **Caminhos da Arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 1981.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical; a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.

CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. 6ª Ed. São Paulo, SP:

Perspectiva, 2010.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo, SP: Boitempo, 2008.

ENGELS, F. **Sobre a Questão da Moradia**. São Paulo, SP: Boitempo, 2015.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARVEY, D. **Para entender O capital - Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Itapevi, SP: Nebli, 2016.

LÊNIN, V. **Obras Escolhidas**. Lisboa: EdiçõesAvante!, 1984.

MANSO, C. F. A. A questão urbana derivada das transformações econômico-sociais em Armando Augusto de Godoy: a cidade desejada sobre a cidade que se tem. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 16., Belo Horizonte, MG: ANPUR. p. ST8, 2015

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo, SP: Boitempo, 1998.

RODRIGUES, J. M. D. **Em Busca de Modernização: o Legado do Arquiteto Donat Alfred Agache Para a Cidade de Curitiba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, p. 64, 2010.

ROSSI, B. C. **Rio de Janeiro de Pereira Passos: O poder da imagem na gestão da cidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Pública), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, p. 97, 2017.

SILVA LEME, M. C. F. Prestes Maia e o urbanismo como campo de conhecimento e de atuação profissional. In: **Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, 1., Rio de Janeiro, RJ: PROURB, p. S34-296-1-SP, 2010.

WEIMER, G. **A Arquitetura: Síntese Rio-grandense**. 3º ed. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

WEIMER, G. **O Plano de Melhoramento de Moreira Maciel**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, nº 148, p. 53-79, 2014.

WEIMER, G. **Origem e Evolução das Cidades Rio-Grandenses**. 1ª ed. Porto Alegre, RS: Livraria do Arquiteto, 2004.